

*Denis Lerrer Rosenfield



O MST, para quem sabe ler, é um movimento revolucionário, que procura destruir o capitalismo e a democracia representativa. Uma tal afirmação pode parecer repetitiva, porém repetitivo é o discurso de nossos governantes, que não cessam de assegurar que esse movimento é “social”, respeitoso das regras democráticas, tendo abdicado do uso da violência. O MST, ao contrário de seus defensores, não esconde os seus objetivos, tendo o mérito da clareza. Seus documentos são suficientemente eloqüentes.

Um deles, cujo título é Neutralização das ‘trincheiras’ da burguesia brasileira, coloca as etapas que devem ser seguidas para que o Brasil venha a ser uma sociedade como a “cubana”, digna de tantos elogios.

Em vez do uso imediato das armas, é proposta a utilização de um outro tipo de “armas”, o que advém das palavras e dos discursos, segundo um trabalho lento e meticuloso de enfraquecimento das instituições republicanas. A democracia seria, então, nada mais do que um instrumento que serviria para a sua própria eliminação.

Reproduzo o primeiro parágrafo: “Conforme o gramscismo, o ‘grupo dominante’ da burguesia brasileira se protege em algumas ‘trincheiras’ que precisarão ir sendo eliminadas através da desmoralização, perda da credibilidade, perda de prestígio, do ‘denuncismo’, da dissidência interna, do ‘patrulhamento’, da penetração de intelectuais orgânicos, do constrangimento, da inibição, etc.” (Os grifos são do documento.)



O MST afirma seguir os ensinamentos de Gramsci, com o uso explícito de seus conceitos. Trata-se de travar uma batalha pela formação da cabeça das pessoas, de modo que a mensagem revolucionária possa ser progressivamente implantada. Se instituições republicanas perdem a sua credibilidade e o seu prestígio, o império da transgressão e das invasões pode ser mais facilmente aceito. Os intelectuais, como vemos em parte da intelligentsia de nosso país, se colocariam - ou são colocados - nessa posição de instrumentos da ação revolucionária, que ganharia assim credibilidade. Os que se opõem a esse movimento são, então, “constrangidos” e “inibidos”, como se ser contra o MST fosse ser de “direita”, contra a “justiça social”. O objetivo de tal estratégia consiste em calar a contestação.

Observe-se igualmente o vocabulário militar utilizado. Nesse documento, a palavra “trincheira” aparece no próprio título e, nas cartilhas “pedagógicas”, voltadas para as crianças, a palavra “guerra” é a de uso mais freqüente. Aliás, poder-se-ia perguntar: onde anda o Ministério Público na defesa dos jovens, fazendo respeitar o Estatuto da Criança e do Adolescente? Será que jovens preparados para a guerra, acostumados com a violência das invasões, tendo Fidel e Guevara como ídolos, estão sendo valorizados?

Os exemplos dados para essa guerra de captura das mentes são vários. Destacarei três “trincheiras”: Judiciário, Congresso e Forças Armadas. Cada uma delas tem uma série de “idéias-força”, sendo seguidas de “temas explorados”. As “idéias” são as armas que preparam o terreno para o descrédito das instituições republicanas, enquanto os “temas” correspondem ao modo de inviabilizá-las concretamente, comprometendo de forma definitiva a democracia.

Quanto ao Judiciário, as “idéias-força” são: “instrumento de opressão”, “parcialidade”, “ineficiência” e “improbidade”. Os “temas explorados” são: “favorecimento dos ricos”, “privilégio dos burgueses (e dos colarinhos-brancos)”, “lentidão funcional” e “corrupção e privilégio dos magistrados”. Quanto ao Congresso, eis as “idéias”: “ineficiência”, “impro-bidade” e “parasitismo”. E os “temas”: “privilégios e ociosidade”, “escândalos e barganhas” e “falta de espírito público”. Quanto às Forças Armadas, eis as “idéias”: “ineficiência”, “desnecessidade”, “ônus para o País” e “fascismo”. E os “temas”: “destinação”, “acidentes de trabalho”, “golpismo, ditadura e tortura” e “serviço militar obrigatório”.

Todas essas colocações se inscrevem num mesmo menosprezo pelas instituições que são pilares de uma democracia e por um Estado que cumpra suas obrigações constitucionais. A concepção que as orienta é a de um marxismo vulgar de cunho gramsciano, que reduz as instituições republicanas à mera expressão da luta de classes. Os alvos escolhidos privilegiam, cada um, seja o capitalismo (burgueses, ricos), seja a representatividade política e estatal (parcialidade, parasitismo, ineficiência, fascismo).

Segundo essa concepção, a democracia nada mais seria que formal e o capitalismo, o regime socioeconômico a ser destruído. Num procedimento típico dessa forma de autoritarismo revolucionário, os adversários são considerados “fascistas”. Numa outra “trincheira”, a dos “partidos políticos”, estes são também qualificados de “fascistas”. Ou seja, uma mentalidade fascista-comunista, seguindo o molde do marxismo vulgar, cunha instituições republicanas como “fascistas” com o propósito explícito de vir a estabelecer uma sociedade totalitária no País.

A fachada do “social” é apenas a apresentação que torna mais palatável, para o estágio presente da opinião pública, a veiculação de concepções que têm como fim combater as idéias democráticas. É como se o MST estivesse dizendo: “Essas instituições não servem para nada.”

Será que é tão difícil escutar esse dizer?!

Qualquer semelhança com “idéias” e “temas” da situação presente é, evidentemente, mera coincidência.

(Publicado no Estado de São Paulo)

* Professor de Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com doutorado de Estado em Filosofia pela Universidade de Paris
E-mail: denisrosenfield@terra.com.br